

*Carta para Moambique*  
*Rui Knopfli*  
*Londres*



## *O denominador comum*

à memória de  
ALEXANDRE LOBATO  
HOMERO BRANCO  
GULAMO KHAN  
*moçambicanos até ao fim*

*A despeito da vossa generosa expectativa, terei de ser breve, não porque me falhe a vontade, mas apenas porque me excede a falta de fôlego e, sobretudo, a emoção de estar entre nós, por fim e de novo. O que irei transmitir-vos será apenas o registo desordenado de uma deambulação nómada, acervo de reflexões e de ideias, sem rumo nem norte, erigidas ao longo da diáspora por quem teve quase sempre por companhia única a pior, mais exigente, amarga e implacável das vizinhanças, ou seja, a própria.*

*Fruto de longa, amadurecida experiência, o que terei a dizer não assumirá, apesar disso, o estatuto definitivo do dogma indiscutível: são posições pessoalíssimas, lentamente sedimentadas, beneficiando talvez da ligeira vantagem de — todos os dias — factos e eventos as corroborarem, desde que, pela primeira vez, no fim da adolescência, se me começou a afigurar que as «madrugadas» que, cientificamente previstas, do Leste europeu se levantaram iam, afinal, subitamente anoitecendo, de Varsóvia a Praga, com dolorosas paragens por Budapeste e outros lugares muito mais recentes.*

Não pretendo, assim, fazer prosélitos, ou converter alguém. Exprimindo-me livremente e sem inibições, desejaria apenas partilhar convosco as vivências adquiridas neste já demorado percurso, submetendo-as como possível tema de debate e sujeitando-me, de bom grado, às vossas críticas e correcções, para bem de todos nós. Só por isso estou aqui e — creiam-me — muito mais para escutar-vos do que vós a mim.

Que serão literaturas nacionais? terei perguntado ao incómodo silêncio que sobrenada o incêndio das querelas levantadas em torno do problema. Será que a Carta do Achamento do Brasil de Pêro Vaz de Caminha inaugura de facto a literatura brasileira? Se assim é, como alguém mais insuspeito do que todos nós viria recordar, o Canto V dos Lusíadas constituirá o primeiro texto da literatura moçambicana? Ignoro-o, com efeito, mas de uma coisa estou certo: este é, quiçá, o primeiro texto especificamente literário em que Moçambique e as suas gentes são mencionados no encanto da descoberta. Será que «O Mostrengo» ou «O Menino da Sua Mãe» pertencem exclusivamente a uma literatura portuguesa, e que o Adamastor gigantesco ou o pobre do soldado das guerras injustas a que foi coagido não são vossos também? Numa selecção local de textos para educação de adultos, Gonçalves Crespo, crioulo brasileiro, é apresentado como autor português. Sê-lo-á, exclusivamente, ou pertence a ambas as culturas?

A literatura de um país não é inseparável da sua história, ambas se interpenetram e explicam, se complementam e enriquecem, confluindo no mesmo destino comum. Nos últimos quinze anos tenho vivido na Europa, lugar em que nacionalismos dos mais exacerbados se extremam até à mútua, implacável destruição: a mais cruel, porque poupa menos os inocentes do que os eventuais culpados, como na «pátria dividida» que dilacera os versos, a questionação febril dos meus jovens patrícios Nelson Saíte e Eduardo White.

Aquilo que para vós serão apenas «ingleses» assume para mim os rostos diversificados de vários países (desunidos, alguns) sob a mesma Coroa, e matando-se uns aos outros por motivos alegadamente nacionalistas ou religiosos. A grande Espanha de hoje debate-se contra um vector fortemente nacionalista na Catalunha, com a sua fala e cultura próprias. E, por vezes, interrogo-me se, do ponto de vista da língua e do substrato cultural, a Galiza terá mais a ver com os portugueses do que com os espanhóis. Também o ignoro, sabendo todavia que do prisma puramente linguístico nos entendemos sem dificuldades — o galego é, para os portugueses, um sotaque carregado, como o portuense ou o alentejano, ao contrário do castelhano que, para ambos, se defronta como língua estrangeira. Isto para não dizer que alguns dos melhores restaurantes típicos de Lisboa são... galegos.

Remontando ao século XIX, o conceito de nação — tal como hoje se concebe — é muito recente e, como acabo de esboçar, muito longe de cabalmente resolvido, até no Ocidente supostamente vanguardista. Daí haviam de derivar, anormalmente, na mistura arbitrária dos «mapas cor-de-rosa» e de seus senhores colonialistas, os países emergentes do continente africano, dolorosamente sujeitos à jurisdição da cobiça. Como transformar em países unos e indivisíveis os riscos arbitrários gulosamente traçados, em arco-pago imperialista, na tela de um planisfério que nunca teve em conta o mínimo respeito pelas etnias, culturas próprias e diferentes hábitos sociais sobre que, omnipotentes, se pronunciavam e decidiam? Penso que só aceitando o desafio do impossível. E creio, do mesmo passo — corrijam-me se estou errado —, que esse foi o legado fundamental que vos deixou o Presidente Machel. Face a um mapa riciado, mas insuperável, aos resquícios do colonialismo latente e do tribalismo estratificado, seus fragmentos e divisões, ele lançaria o discurso empolgante e contagioso de um nacionalismo candente que haveria de transformar Moçambique no todo uno — dilacerado embora — que constitui uma Nação. Será assim?

Só vocês, depositários dessa aposta formidável, saberão responder...

Onde começa, de facto, a história deste país? Num período pré-colonial que pertence ao domínio do nebuloso mal esboçado ou do testemunho transmitido? Sabemos somente o que sabemos e nos foi legado por observadores, de facto isentos e exemplares, ao contrário do que suporíamos? Saberemos também que aos primeiros exploradores portugueses se deram as suas notícias mais remotas, desde o célebre Canto V, atrás citado, história e literatura indissoluvelmente ligadas? Citarei, para vosso juízo ulterior, ao acaso de uma leitura que me não exigiu demasiada pesquisa: «*Vasco da Gama resolvia pela força as contendas [...] dando por vezes exemplos de excessiva crueldade.*» E, quanto ao expansionismo, comentado pelos seus historiadores coloniais, ou colonialistas, se preferirdes, não deixaria de referir, desde Barros, «*os actos violentos e desordenados, origem das mais revoltantes e bárbaras acções*», até ao registo posterior do clero ocioso em que eram «*inúmeros os casos de sórdida cobiça que os documentos coeros registam e que o condenam perante a História.* Um padre que recebeu ordem do seu superior espiritual para deixar Quelimane e partir para determinada povoação, recusa-se terminantemente a fazê-lo antes de vender o seu marfim [...]. Toda esta «*falta de zelo dos padres*» era atribuída ao facto de que «*só cuidaram dos seus apetites escandalosos*», conjurando a «*má reputação dos padres da África Oriental*» que, «*de ministros do Senhor na terra, tinham descambado em traficantes gananciosos e incorrigíveis e até em negreiros desumanos*». De dois tomos, limito-me a citar o mínimo e, porventura, o mais palatável, mas sugiro-vos que leiam o resto, igualmente esclarecedor e desconcertante. É inegavelmente parte da vossa História, não obstante — ou por isso — redigida por um «*colonialista*» ilustre, o General José Justino Teixeira Botelho.

Lobato, indefectível moçambicano a quem o país deve o resgate muito significativo de parte importante da sua História, desde os «*prazos da Zambézia*», assinalaria no prefácio de um livro meu que, no débito das suas brutalidades, os portugueses haviam sido «*ladrões das almas, ladrões no mar, ladrões na terra — homens afinal, todos*». Outra coisa nos não tem dito também, com excepcional coragem e em épocas malquistas, um José Capela.

Para quem tivesse tido o cuidado de lê-los assisadamente, as culpas haviam sido, de facto, assumidas antes do fenómeno tardio e precipitado da descolonização. Faltaria apenas reconciliá-las com o novo estatuto — e aqui permitam-me o recurso a um mito privado (a despeito de muito e mal explorado pelos prospectores periféricos) — qual é o de Próspero e Caliban, na parábola do gigantesco e irrepetível Shakespeare, quando Escravo e Senhor se enfrentam, olhos nos olhos, no terreno em que não resta já mais lugar para escravos e senhores, senão para homens dialogando com homens na pátria de uma língua comum.

Inicialmente, mau grado todas as atenuantes, mas em seu prejuízo imediato, Moçambique não entendeu isto. Portugal, perdido nas suas mais que muitas quezílias internas, também não soube ou não pôde acompanhá-lo devidamente. Presumo que é mais que tempo de se pôr cobro ao mal-entendido, no espaço generoso do que aqui principiei por apelidar de «*denominador comum*», aquilo que nos une para além e por cima da indispensável rontade política, por mais teimosa e persuasiva que esta o seja.

Retorno, assim e por momentos, àquilo que muitos de vocês persistem (ainda hoje, espantosamente) em questionar quanto à legitimidade dos «*autores moçambicanos*» e se me afigura ser tão bizantino quanto a inesfável questão do sexo dos anjos. Quem é, quem não é? Francamente, e para usar uma linguagem sugestiva e sem rebuços, estou-me nas tintas: sou de onde sou, não me coube a escolha, só a escolha me poderá privilegiar ou prejudicar, como

adiante explicarei. Passei parte da minha actividade literária aqui (na zona da saudável contestação juvenil) a provocar um escritor medíocre, supostamente moçambicano: Rodrigues Jr. Hoje continuo a pensar que o escritor é de terceiríssima ordem, mas que o seu testemunho é imprescindível para a análise de um período importante da nossa vida cultural: a perspectiva reaccionária que, desde O Branco da Motase, ao hipotético e imaginário «Careca da Catembe», só nos propõe uma visão do nativo como animal edénico e impoluto, descontaminado das doenças corruptoras da civilização, pelos bons ofícios do cantineiro, do padre, ou do funcionário administrativo, todos agentes de altos, puros e lavados desígnios — os tais «ladrões» que Lobato não disfarçava —, e ali surgem como heróis de um falso panorama que Moçambique saudavelmente desmantelaria. Não convém esquecê-lo, todavia: leiam-no. É mau, mas imprescindível, como tantos outros, para sabermos, com o mais desapassionado dos rigores, donde vimos e para onde iremos, depois da perturbadora avalanche.

Como inevitável corolário, na senda do 25 de Abril, dos inevitáveis atropelos e na emergência dos novos países africanos de expressão veicular portuguesa, não tardariam a surgir — armados de régua e esquadro, de compasso ou fita métrica, ou instrumentos mais agressivos (chamboco?) — os polícias do espírito-esbirros incapazes de dar-se conta de que reproduziam, apenas, a imagem invertida do sinistro sujeito que levava a mão à pistola sempre que ouvia falar de cultura.

A palavra de ordem, uma só: quem são os escritores africanos de Língua Portuguesa? Os que saíram ou os que ficaram, antes e depois das independências? Os mais clarinhos ou os mais escuros? Isto, a despeito de Lobato ter sustentado, por toda a parte e sempre que a oportunidade surgia, que em Portugal, depois do século XVII, ninguém poderia gabar-se de ser branco... Ainda assim, os «legisladores» haveriam de decretar e determinar, classificar a seu bel-prazer, em diatribes por vezes odientas, mas em vão: Noémia de Sousa está ausente de Moçambique o dobro dos anos que somam os do meu afastamento e ninguém questionaria o seu moçambicanismo, por certo muito mais representativo que o meu.

Pessoalmente deixo confessar que nunca terei escrito um verso, ainda quando roubo a Camões, ou colho em Shakespeare, em que Moçambique não esteja presente. Se digo Tamisa, ou escrevo Aron, penso Incomati ou Limpopo, rios que emolduram e glorificam a minha infância, a minha formação, inicial e definitiva, desde uma Moamba longínqua onde meu pai sedimentaria uma amizade, sempre reafirmada e nunca traída, com o excepcional patriarca Raul Honwana, ambos, a seu diferente ou oposto modo, funcionários da administração colonial. A partir de qualquer fonte determinante e original, da Moamba, por exemplo — e porque não? —, o criador é sempre o resultado da sua inteligência, sensibilidade e cultura, irremediavelmente agravadas pelo seu circunstancialismo, e tanto pode produzir um Luís Bernardo como... um Rui Knopsli, até porque nem no lugar e na época os circunstancialismos coincidiam. Por mim não pude escapar ao meu, como se verifica pelo juízo da crítica portuguesa que, mesmo quando me estima e acarinha, não sabe onde inserir-me ou arquivar, e a moçambicana, hesitando perplexa entre a pura rejeição e a parcial, quase convergonhada ou marginal aceitação.

Por tal motivo me espanta que se ressuscite, ainda hoje, a querela gratuita da nacionalidade literária que, de facto, não existe. Na verdade aquela é uma evidência e não um decreto, não surge de imposições externas, mas das coordenadas especiais que nos conjuraram ao discurso criador no espaço que nos foi consignado. Neste ponto de vista atrevo-me, até, a afrontar o desacordo, sempre temível, do meu amigo e excelente Eugénio Lisboa, quando, habilmente, se refugia nas razões do coração. Claro que estas

contam, mas não detêm a exclusividade nem o privilégio das motivações: seria sempre moçambicano, ainda quando o coração ou o intelecto mo quisessem retirar, agrarados pela burocracia dos papéis e de toda a argumentação viciadamente ideológica que mo tentasse impedir: quando não fosse moçambicano, aqui, por despacho oficial, sê-lo-ia sempre pelo recedito universal que ainda e muito recentemente universidades brasileiras me atribuíam ao distinguiem-me dos confrades portugueses pelo «ah! o môçambicano!», a ponto de ter de perguntar, com falsa e irônica perturbação, o que estaria eu a fazer na ilustre companhia dos outros cinco «strangeiros».

Não há fuga possível. Ao contrário de outros espíritos mais pragmáticos, cedo tive o cuidado de não confundir, ou baralhar, palavras e conceitos que, não obstante disporem de uma sílaba inicial comum, não se esgotam ou reconciliam mutuamente: partido, passaporte, ou pátria, por exemplo. Consigno-vos a interpretação das diferenças.

De moçambicanismo, ou de autores moçambicanos, falávamos, portanto. Ora, nos repositórios da Literatura que de imediato precedeu o fim da era colonial distingue-se um magro e celebrado volume de versos que deu brado localmente, com ineritáveis repercussões ao nível-externo dos vários especialistas do assunto, desde portugueses a «americaneses». Trata-se, é claro, do festejado *Fu o Povo*, alegadamente subscrito por Mutimúti Barnabé João, guerrilheiro vitimado nas lutas anticoloniais. A minha pergunta é muito simples e directa: trata-se de um livro genuinamente moçambicano, ou de um embuste oportunista?

Não irei, naturalmente, tão longe quanto à segunda e malévola premissa, mas rejeito, frontalmente, a inicial. Nenhum escritor reitivamente africano, por mais frequentado que fosse nas universidades clássicas portuguesas, inclusivamente eu, menos africano e nunca aluno das ditas, seria, por mais eminentemente culto, capaz de se exprimir em tais termos, com tal vocabulário regional e de tais pontos de vista. Estes, com seus moinhos de rento, a doçura olorosa do seu mel e colmeias, estão nos antípodas de toda a África e apenas espelham, a despeito de uma camuflagem de pilões e outros artefactos típicos do folclore local, as obsessões de um homem, de um camponês da meseta ibérica almejando, honesta mas desprezivelmente, impô-las ao nativo ignorante que é ainda mister ensinar. Numa segunda linha, espanta-me que uma plêiade tão notável de Leitores oriundos da rossa Faculdade de Letras e com tantas e abundantes provas dadas, nunca se tenha dado conta, vítima provável do seu entusiasmo, daquilo que terá percebido, desde logo, este curioso mas tenaz aprendiz da linguística. Singelamente, nenhum escritor moçambicano e, por extensão, africano (muito menos um guerrilheiro) seria capaz de comunicar, por mais elegante e refinado que fosse o seu português, num vocabulário característico das «berças», parente do produzido pelo grande Aquilino e que nele iria descedentar-se irremediavelmente. Ouçam-me: «Vi uma nora a puxar água / um moinho de vento a moer grão / uns celeiros [...] com semente sã / uns silos com pastagem [...] / umas nitreiras» a que se segue o «estábulo» (em vez de curral), «as colmeias, a horta com socalecos» e — imagine-se! — «o pomar das papaías»... Nada disto, segundo melhor e mais avisada opinião, tem algo a ver com Moçambique, pelo que cedo, de longe, o passo à Cartilha Maternal de João de Deus que, pelo menos, ensinou a ler alguns «nativos», entre os quais este rosso interlocutor, e sem o preconcebido intuito de fazê-lo. Ou não será assim?

Reparem, insisto, não procuro pôr em dúvida a generosidade intencional do autor, nem o seu inestimável engenho. Limite-me, com os poucos elementos de análise literária de que disponho, a rejeitá-lo como autor moçambicano, com a mesma frieza clínica que, a partir da sintomatologia e dos testes, o médico se pronun-

cia, quer o paciente venha a morrer ou não. Os verdadeiros precursores de uma genuína «fala moçambicana», de um nacionalismo a preceder, ainda que experimental e obscuramente, as lutas de libertação, com fracturas semânticas que prenunciariam a inventiva popular que descobre agora formas tão deslumbrantes como são o rosso desconseguir, ou deslembrar<sup>2</sup>, dão pelo nome de José Craveirinha e de Noémia de Sousa, entre outros tantos que, para essa vertente, tenham contribuído, desde o fastidioso Aníbal Aleluia até ao ouvido privilegiado do Mia Couto, ou a demanda febril e ambiciosa desse Ungulani sequioso e autodestrutivo.

Acerca de todos eles, «velhos» ou «novos», o meu parecer diz-me que, com idêntico escalpelo e por maior ou menor que seja o seu génio, são autores genuinamente moçambicanos, impossibilitados, todos, de nos falarem da «forja», ou da «boda dos quatro elementos», terminologia e mitos alienígenas ao nosso universo. Orgulho-me e prezo-me de ter sido camarada constante dos «pioneiros», embora mais obscuro e menos significativo, tal como outros companheiros da minha geração. A despeito do meu intransigente percurso, reconheço-lhes uma notável precedência estimulante que, por isso, recusa a alegação gratuita de certos e consagrados mestres estrangeiros que pretendem catalogá-los, com o mais novo Luís Bernardo, no grupo de «pretinhos talentosos» que — nós, designados «euromoçambicanos» — adoptaríamos, promovendo-os, na complacente perspectiva paternalista. Não pode conjecturar-se maior falácia: em nosso derradeiro reduto, defendido pela incomensurável coragem e dignidade de Homero Branco, A Voz de Moçambique, promoveríamos eufóricamente o Cão Tinhoso e os versos promissores de Armando Guebuza, sem resquícios de paternalismo, apenas com o genuíno aval de um entusiasmo sem dividendos a colher posteriormente.

Haveria muito mais a dizer acerca de um universo de que só terei aproximado a periferia, embora, por vezes, de um prisma provocador, entendido saudavelmente necessário. Por aqui me fico, na vizinhança da fronteira esquiva e fluida que separa ou distingue as literaturas de expressão portuguesa. Invoco o meu passado e a minha experiência, anteriores ao conceito de nacionalismo, só tardiamente adquirido. O mundo da minha infância, seu imaginário mais fértil, construiu-se em redor do Sítio do Picapau Amarelo, invenção perene do paulista Monteiro Lobato que, ainda hoje, para deleite de meus netos, domina os ecrãs da TV infantil. Com as vozes portentosas de Marian Anderson e Paul Robeson — ecoando em Noémia e Craveirinha —, meus mestres iniciáticos seriam, sem detrimento dos vinculatórios aedos camoniano e pessoano, Drummond e Bandeira, nossa leitura compulsiva, com os outros brasileiros empenhados, desde Jorge Amado e Lins do Rego ao enorme Graciliano Ramos, todos aproximados pelo denominador comum da língua. Em tempo me aperceberia deste amplo espaço de respiração e convívio mútuos, em que todos coabitámos e sobrevivemos, para lá das inevitáveis divisões: o denominador comum da Língua Portuguesa, esse Amor, por vezes, precipitadamente refu-

<sup>2</sup> Diz-me o Prof. Manuel Saraiva Barreto, da Universidade Clássica de Lisboa, que, lexicalmente, o processo é perfeitamente legítimo em português, e refere, p. ex., a ocorrência do verbo «deslembrar» já em Rodrigues Lobo.

tado, mas sempre recolhido para o melhor e mais belo do que teremos escrito, agora temperado pelo desvaio criador de novas culturas evoluindo e alargando, por caminhos próprios e intransmissíveis, uma Pátria coincidente.

O denominador comum, o espaço partilhado da cultura em Língua Portuguesa, estuário vastíssimo em que todos, afinal, desagüamos, excede a bruma fronteiriça que intenta dividi-lo, antecipando-se e propiciando todo o diálogo político que tenha como objectivo aproximar-nos. Tal espaço, em que sempre acreditei, agudizou-se ao longo deste fatídico ano de 1989, confirmando as minhas sedimentadas conjecturas, desde o I Congresso dos Escritores de Língua Portuguesa até à minha recente e efémera aventura brasileira: instituiríamos, com as nossas saudáveis distâncias, uma espantosa abertura para aquele mundo em que todos os brasos se confundem e originam, desde o extraordinário Fernando Campos que nos ressuscita o Rio de Janeiro, para si então desconhecido, do século XIX, à aventura contemporânea do Cardoso Pires de Alexandra Alpha, encetada no mesmo espaço, apenas desviado para a Rocinha, fronteira a S. Conrado. Sem esquecer, no peso dolorido da memória, que a esmagadora maioria dos escritores portugueses contemporâneos — não o esqueçam — foram sempre, com os inúmeros riscos inerentes, nossos aliados, precedendo e antecipando a borrasca imperial daqueles que experimentaram o fogo e a carnagem que os marcariam para sempre, desde o pícaro estudado de um Lobo Antunes ao testemunho amargo de um João de Melo, até a ulteriores observadores passivos que, apesar da Lídia Jorge da Costa dos Murmúrios, não obscurecem a excelência dessa notabilíssima parábola do Portugal contemporâneo originada numa Angola colonial e mítica por uma escritora de origem madeirense que militou longamente no velho Notícias da extinta Lourenço Marques: Ângela Caires.

Torna-se aparente que o caudal do rio é o resultado dos seus afluentes, tanto melhor quanto mais tumultuosos. Dispomos apenas deste avaro denominador comum. Será que saberemos impô-lo ou sugerir-lo à imprescindível vontade política? Penso bem que sim, que o orgulhoso reduto da Língua Portuguesa constitui não só a precedência natural de todas as iniciativas daquela natureza como o lugar privilegiado de onde teremos de partir para outras e imprevisíveis aventuras que só poderão enriquecer-nos mutuamente. Sem rancor, nem lugar para ressentimentos. Se não antes, pelo menos agora, hoje, desde aqui.

*Comunicação apresentada no Maputo à Associação de Escritores de Moçambique em 5/10/89.*